CLIPPING - NOTÍCIAS DA SEMANA (12/11/2026 A 18/11/2026)

MINERAÇÃO

• ANM concede alvarás de pesquisa de terras raras em Goiás a empresa com participação estrangeira

Autorizações à Lancaster Investimentos levantam dúvidas sobre o controle societário, a aplicação da nova política de minerais críticos e o tratamento de materiais radioativos da monazita

A ANM concedeu quatro autorizações de pesquisa de monazita e terras raras em 3.033 hectares nos municípios de Catalão e Goiandira, em Goiás. As áreas pertencem à Lancaster Investimentos Ltda., empresa brasileira de capital social de apenas R$ 1 mil e com participação societária estrangeira. Os alvarás foram publicados no Diário Oficial da União de 17 de novembro e valem por três anos. Eles autorizam somente a pesquisa mineral e não representam concessão de lavra nem comprovam a existência de jazidas economicamente viáveis. Neste cenário, entre os sócios da Lancaster figura a Hercules Resources Corporation, sediada nas Ilhas Marshall, jurisdição que não obriga a divulgação dos acionistas. Além disso, documentos apresentados ao regulador de mercado dos Estados Unidos comprovam que a empresa já integrou a estrutura da Atlas Lithium, companhia constituída em Nevada e dirigida pelo empresário Marc Fogassa.

Assim, a concessão ocorre dois meses após a aprovação da nova Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos, que criou mecanismos de triagem de operações com participação estrangeira. Os atos da ANM, porém, se fundamentaram no Código de Mineração e não mencionaram a Lei nº 15.506/2026 nem o Conselho Nacional para Industrialização de Minerais Críticos e Estratégicos. Contudo, essa ausência não comprova descumprimento da legislação, já que os extratos publicados não reproduzem toda a análise administrativa, mas deixa em aberto se os novos instrumentos de avaliação foram aplicados. A autorização para pesquisar monazita acrescenta uma dimensão nuclear ao caso, pois o mineral pode conter tório e urânio, substâncias sujeitas a controles específicos. Caso as pesquisas confirmem depósitos aproveitáveis, a empresa poderá ter de demonstrar como pretende separar os elementos de terras raras, controlar a exposição radiológica e destinar os resíduos. Ainda, o quadro ganha relevância geopolítica diante do movimento dos Estados Unidos de restringir o acesso a tecnologias estratégicas, embora não exista evidência de relação direta entre os alvarás e essas restrições.

Fonte: Link

• ANM divulga a segunda lista provisória de municípios beneficiários da CFEM após a análise dos recursos

Resultado dos recursos de primeira instância sobre municípios afetados por ferrovias, portos, rodovias e estruturas de mineração abre novo prazo de manifestação até 27 de novembro

A ANM Mineração divulgou em 17 de novembro a segunda lista provisória dos entes federativos beneficiários da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais na categoria de afetados pela presença de ferrovias, portos, rodovias e estruturas de mineração. Assim, a publicação ocorre após a conclusão da análise dos recursos apresentados em primeira instância e protocolados até 13 de outubro de 2026. As respostas aos recursos estão disponíveis para consulta no Sistema Eletrônico de Informações, no processo nº 48051.000849/2026-51, e no Observatório dos Municípios Afetados pela Atividade de Mineração.

Neste cenário, os entes que identificarem divergências ou tiverem questionamentos sobre o resultado poderão apresentar novas manifestações até 27 de novembro, prazo que também contempla os pedidos de alteração da lista de beneficiários e de correção de informações. As manifestações devem ser protocoladas diretamente no mesmo processo, observados os critérios da Resolução ANM nº 143/2023. Por fim, a Confederação Nacional de Municípios orientou os gestores a conferirem a relação atualizada e a verificarem as estruturas e os critérios de afetação considerados para a distribuição dos recursos, de modo que eventuais inconsistências sejam identificadas e apresentadas à Agência dentro do prazo.

Fonte: Link

- **Inteligência artificial acelera a gestão de contratos no setor mineral**

Soluções apresentadas pela Profitto no Workshop Opex automatizam a análise de documentos e cronogramas, mas mantêm a validação final sob responsabilidade das equipes técnicas

A aplicação da inteligência artificial na gestão de contratos foi um dos destaques apresentados pela Profitto durante o 17º Workshop Opex, realizado pela revista Minérios & Minerales, em Belo Horizonte. A empresa mostrou ferramentas que automatizam a análise de documentos e cronogramas e reduzem o tempo gasto em atividades antes feitas manualmente. Segundo o diretor de operações, Pedro Paulo Lopes Magnabosco, as soluções organizam informações e apoiam a tomada de decisões sem substituir a análise técnica dos especialistas. A catalogação e a classificação de registros, o levantamento de recursos presentes nos contratos e parte da análise dos cronogramas já são automatizados.

Assim, entre as novidades estão um software que faz a avaliação inicial dos cronogramas de obras e outra ferramenta que acompanha a evolução das atividades e aponta diferenças entre o planejamento e a execução. Ainda, o diretor ressaltou que a interpretação dos resultados permanece a cargo das equipes técnicas, responsáveis por validar as informações e definir os encaminhamentos. Como exemplo, ele citou um caso em que a revisão técnica de um pleito contratual de uma mineradora reduziu o valor discutido de R$ 17 milhões para R$ 3 milhões, montante aceito pelas duas partes. Especializada em administração contratual, a Profitto atua de forma

preventiva e também reativa, e espera que o uso crescente de tecnologia e da gestão preventiva reduza os conflitos contratuais no setor mineral.

Fonte: Link

PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

- **Governo projeta alta de mais de 80% na oferta potencial de gás natural até 2036**

Caderno de Gás Natural do PDE 2036 prevê investimentos de R$ 15,9 bilhões e destaca a expansão da produção no Nordeste e no pré-sal

A oferta potencial nacional de gás natural deverá crescer mais de 80% entre 2026 e 2036, passando de 61 para 112 milhões de metros cúbicos por dia, segundo o Caderno de Gás Natural do Plano Decenal de Expansão de Energia 2036, elaborado pelo MME e pela Empresa de Pesquisa Energética. Do volume projetado para o fim do período, 81% serão disponibilizados pela malha integrada e os 19% restantes pelos sistemas isolados de Urucu e do Maranhão. Dessa forma, o Rio de Janeiro se manterá como principal ofertante, impulsionado pelo Projeto Raia, previsto para 2028, enquanto a participação do Nordeste subirá de 19% para 34%, com destaque para Sergipe e para o Maranhão.

Ainda, para viabilizar a expansão, o planejamento considera investimentos de aproximadamente R$ 15,9 bilhões em gasodutos de escoamento, no terminal de regaseificação de Suape, em novas estações de compressão e na conclusão da unidade de processamento de Miranga, na Bahia. Além disso, o estudo projeta a redução do gás importado da Bolívia, que cairá de 13 para 5 milhões de metros cúbicos por dia a partir de 2030, e o crescimento da capacidade de recebimento de gás natural liquefeito. A demanda total deverá saltar de 71 para 104 milhões de metros cúbicos diários até 2036, com ritmo médio de 3,8% ao ano, puxada sobretudo pelo segmento termelétrico, cuja demanda máxima avançará de forma expressiva com a entrada das usinas vencedoras do Leilão de Reserva de Capacidade.

Fonte: Link

- **Alta do diesel pressiona o agronegócio, que defende a ampliação do biodiesel para reduzir custos**

Reajustes elevam as despesas com máquinas e frete em Mato Grosso, e representantes do setor propõem aumentar a mistura e liberar o B100

O aumento do preço do diesel vem pressionando os custos de produção no campo e reduzindo a rentabilidade das transportadoras em Mato Grosso. Produtores rurais enfrentam despesas mais altas para abastecer máquinas agrícolas em um cenário que já reúne juros elevados, dificuldades financeiras e preços futuros pouco atrativos. Segundo relatos do setor, o litro do diesel que custava entre R$ 6 e R$ 6,10 em julho chegou a R$ 7,44 na compra mais recente, e um levantamento do Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária aponta que os gastos com diesel nas

operações mecanizadas da soja devem subir quase 24% na safra 2026/27. As transportadoras também apontam reajustes acumulados expressivos desde 2022 e preocupação com os novos tributos da reforma tributária.

Dessa forma, diante da dependência do diesel de origem fóssil, representantes do agronegócio defendem a ampliação da participação dos biocombustíveis na matriz energética. Entre as propostas estão o aumento da mistura de biodiesel ao diesel e a liberação do B100, combustível composto integralmente por biodiesel. A Indonésia foi citada como referência após aprovar a mistura B50, e os defensores da medida sustentam que a ampliação do mercado estimularia a produção nacional de oleaginosas, reduziria as emissões de carbono e diminuiria a dependência de combustíveis importados. Neste contexto, o Brasil se destaca por reunir tecnologia, clima e capacidade produtiva para avançar nessa estratégia, o que também permitiria ampliar a exportação de combustíveis fósseis em períodos de preços internacionais elevados.

Fonte: Link

- **ANP realiza audiência pública sobre as novas regras do programa Gás Release**

Debate marcado para 19 de novembro discute medidas para reduzir a concentração do mercado de gás natural e estimular a concorrência entre fornecedores

A ANP realiza, em 19 de novembro, uma audiência pública para discutir novas regras para o Programa de Gás Release, iniciativa que busca reduzir a concentração do mercado de gás natural e estimular a concorrência entre fornecedores. Na prática, a proposta pretende criar condições para que mais empresas tenham acesso ao gás natural e ampliar as possibilidades de negociação, de modo a tornar o mercado mais competitivo.

Neste sentido, a discussão é relevante para o futuro do setor, pois pode influenciar a dinâmica de comercialização do gás natural no país, as condições de acesso ao mercado e as oportunidades para novos agentes. O tema integra o conjunto de medidas regulatórias voltadas à abertura do mercado de gás, que vem concentrando as atenções do setor ao lado de outras pautas em debate na Agência, como o transporte e o escoamento do insumo.

Fonte: Link

ENERGIA ELÉTRICA

- **ANEEL forma maioria para recomendar o fim antecipado da concessão da Enel em São Paulo, mas diretor pede vista**

Quatro dos cinco diretores votaram pela recomendação de caducidade, e a decisão final sobre a extinção do contrato caberá ao Ministério de Minas e Energia

A diretoria da ANEEL formou maioria em 17 de novembro para recomendar o encerramento antecipado da concessão da Enel Distribuição São Paulo, responsável pelo fornecimento de energia na capital e em municípios da Região Metropolitana. A votação foi suspensa após o diretor-geral, Sandoval de Araújo Feitosa Neto, pedir vista do processo, de modo que o julgamento segue interrompido e o placar ainda pode mudar na retomada. Assim, votaram a favor da recomendação de caducidade os diretores Gentil Nogueira, Willamy Frota, Agnes da Costa e Ludimila Lima da Silva, e, até uma decisão final, a Enel continua operando normalmente, sem qualquer alteração no contrato.

O processo foi instaurado em abril, depois de a agência apontar uma série de falhas na prestação do serviço, identificadas em fiscalizações, sobretudo na resposta a emergências e no restabelecimento do fornecimento após apagões registrados em novembro de 2023, outubro de 2024 e dezembro de 2025. A relatora considerou esgotados os instrumentos regulatórios disponíveis para fazer a concessionária corrigir as falhas, e a Procuradoria Federal junto à ANEEL defendeu o prosseguimento do processo. Contudo, mesmo que a recomendação seja aprovada, a decisão sobre a eventual extinção do contrato, que se encerra em 2028, caberá ao MME. A Enel contesta as conclusões da fiscalização e sustenta que seus indicadores de atendimento emergencial evoluíram nos últimos anos.

Fonte: Link

• Excedente da geração distribuída soma R$ 395 milhões e leva a ANEEL a mudar as regras de contabilização

Energia da micro e minigeração hoje desconsiderada passará a ser reconhecida no mercado de curto prazo a partir de 2027, com consulta pública sobre a solução definitiva

A ANEEL aprovou uma mudança que passará a reconhecer, a partir de janeiro de 2027, o excedente de energia da micro e minigeração distribuída que hoje é desconsiderado na contabilização das distribuidoras. A correção busca resolver distorções que envolveram cerca de R$ 395 milhões em energia não contabilizada entre outubro de 2024 e junho de 2026. O problema ocorre quando a energia gerada pela micro e minigeração supera o consumo do mercado cativo de uma distribuidora e produz uma carga contábil negativa, hoje zerada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. Com isso, o excedente deixa de integrar o balanço da distribuidora e acaba sendo apropriado pelos demais agentes do sistema por meio da redução artificial das perdas da rede básica.

Pela solução provisória, o excedente passará a integrar o balanço energético da distribuidora, com liquidação no mercado de curto prazo ao Preço de Liquidação das Diferenças, e a decisão também prevê a correção do fator de perdas da rede básica. Segundo dados da CCEE apresentados pela agência, o excedente não contabilizado atingiu média mensal de 109 megawatts médios em 2025, com pico de 211 megawatts médios em agosto, e chegou a 140 megawatts médios no primeiro semestre de 2026, aumento de 28%. Ao longo de 2025, 56 distribuidoras tiveram a contabilização afetada.

Ainda, ANEEL abriu consulta pública, de 19 de novembro a 4 de janeiro de 2027, para discutir uma solução definitiva e mais abrangente.

Fonte: Link

• Cade publica o primeiro estudo sobre a evolução da concorrência no setor de energia elétrica

Edição dos Cadernos do Cade reúne três décadas de atuação da autarquia e analisa atos de concentração, condutas e a estrutura regulatória do mercado

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica lançou em 18 de novembro, durante a 276ª Sessão Ordinária de Julgamento, a 25ª edição da série Cadernos do Cade, dedicada aos mercados de energia elétrica. Elaborado pelo Departamento de Estudos Econômicos, o caderno apresenta um panorama da cadeia produtiva do setor e abrange as atividades de geração, transmissão, distribuição e comercialização. Dessa forma, o estudo registra a atuação do Cade entre janeiro de 1995 e junho de 2026, período em que foram identificados 972 atos de concentração.

Neste cenário, a publicação reúne as análises e decisões do Conselho em processos de atos de concentração e condutas anticompetitivas, além de estatísticas, aspectos da regulação e as principais transformações do setor. Entre os mercados acompanhados, o de energia elétrica se destaca por registrar o maior volume de atos de concentração julgados pela autarquia, com 13,44% dos casos analisados nos últimos dez anos. Além disso, o estudo reforça a importância da interação entre o Cade e os órgãos reguladores setoriais para a troca de informações e para a compreensão dos efeitos dos atos de concentração e das normas sobre a concorrência no setor elétrico.

Fonte: Link

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA (MME)

• Na COP31, MME defende o diálogo com os estados para avançar na transição energética

Em painel do ABEMA Day, a pasta apontou o diagnóstico e o diálogo como pilares da atuação junto aos governos estaduais

O MME defendeu a aproximação com os governos estaduais como caminho para fortalecer a transição energética no Brasil. A posição foi apresentada pela secretária Nacional de Transição Energética e Planejamento, Mariana Espécie, durante painel do ABEMA Day, na programação da 31ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, em Antália, na Turquia. Assim, a secretária resumiu a visão da pasta em duas palavras, diagnóstico e diálogo, e lembrou que o ministro Alexandre Silveira tem incentivado o contato próximo com os estados para compreender as demandas e as particularidades de cada território.

Segundo a secretária, muitos estados já tinham planos, leis e incentivos para fontes como hidrogênio, energia eólica e solar, mas sem uma visão coordenada, lacuna que o Ministério buscou suprir com a publicação do Atlas Brasileiro da Transição Energética, elaborado em parceria com a Empresa de Pesquisa Energética. A interlocução ocorre de forma recorrente por meio do Fórum Nacional de Secretários de Estado de Minas e Energia, que tem assento no Conselho Nacional de Política Energética, e do Fórum Nacional de Transição Energética. Por fim, para melhor elucidar, Mariana citou a aprovação de grupos de trabalho sobre eletromobilidade e valorização energética de resíduos, e afirmou que a pasta pretende adotar uma postura mais proativa na construção de futuras políticas públicas.

Fonte: Link

- **Brasil leva a Lei do Combustível do Futuro à COP31 e apresenta avanços na descarbonização dos transportes**

MME destacou as políticas para combustíveis sustentáveis de aviação e de navegação e o potencial produtivo nacional de soluções de baixo carbono

O MME apresentou, durante a COP31, em Antália, os avanços na descarbonização da aviação e do transporte marítimo, com destaque para as políticas desenvolvidas a partir da Lei do Combustível do Futuro, instituída em 2024. As iniciativas foram expostas pelo secretário Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, Renato Dutra, que ressaltou o potencial brasileiro para ampliar a produção de combustíveis sustentáveis e atrair investimentos. No segmento de aviação, o Ministério apresentou o Programa Nacional de Combustível Sustentável de Aviação, regulamentado em 2026, que estabelece metas de redução de emissões para voos domésticos de 1% em 2027 a 10% em 2037, com base na intensidade de carbono do combustível.

Ainda, o modelo também prevê o Certificado de Sustentabilidade do SAF, que permite comercializar o atributo ambiental separadamente do combustível físico, e projeta um potencial de produção de 2,1 bilhões de litros anuais em 2030 e de 3,6 bilhões em 2035. Na descarbonização marítima, por sua vez, o secretário destacou o Programa Nacional de Combustíveis Sustentáveis de Navegação e o Projeto Bio Wave Brazil, voltado ao desenvolvimento da cadeia produtiva, à preparação de portos estratégicos e à criação de corredores marítimos verdes. A experiência brasileira também foi apresentada no âmbito do Compromisso Belém 4x, lançado na COP30, que prevê quadruplicar a produção e o uso de combustíveis sustentáveis até 2035.

Fonte: Link

- **MME defende mudanças no PLD para refletir os cortes de geração renovável**

Secretário-executivo aponta a revisão do Decreto nº 5.163/2004 como caminho para que o preço de curto prazo reflita o corte de energia a custo nulo de operação

O secretário-executivo do MME, Gustavo Ataíde, defendeu a revisão dos critérios de formação de preços no mercado de energia elétrica para que o Preço de

Liquidação das Diferenças reflita a dinâmica da geração renovável, especialmente quando há cortes de produção a custo nulo de operação. A manifestação ocorreu em painel do 2º Fórum de Análise Setorial, promovido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. Assim, segundo o secretário, se há necessidade de cortar energia renovável a custo nulo, o preço de curto prazo precisa refletir esse valor, e é nisso que a pasta vem trabalhando.

A mudança integra a agenda de atualização do Decreto nº 5.163/2004, que regulamenta os ambientes de contratação, os leilões, a comprovação de lastro, a formação do PLD e a contabilização do mercado de curto prazo. O decreto foi objeto de consulta pública conduzida pela pasta, que reavaliou os critérios de preço mínimo diante das transformações tecnológicas e econômicas do setor. Desse modo, para Ataíde, a expansão das fontes eólica e solar alterou os padrões de operação do sistema e aumentou a necessidade de sinais econômicos capazes de refletir situações de escassez e de abundância de energia, uma vez que os cortes de geração passaram a preocupar investidores, financiadores, consumidores e formuladores de políticas públicas. Ainda, a revisão contempla o aperfeiçoamento dos encargos, sobretudo os relacionados à reserva de capacidade.

Fonte: Link

FERNANDA CRISTINNE ROCHA DE PAULA:01117993175

Assinado de forma digital por FERNANDA CRISTINNE ROCHA DE PAULA:01117993175
Dados: 2026.11.19 11:26:42 -03'00'

FERNANDA DE PAULA SOCIEDADE DE ADVOCACIA
Representada por sua Sócia
OAB/DF nº 56.513

SABRINA DE ARAUJO PINTO
Estagiária de Direito